

A FÁBRICA DO SUJEITO NEOPENTECOSTAL

Marcos Dias Camelo
Kátia Menezes de Sousa

Submetido em 03 de junho de 2019.
Aceito para publicação em 18 de agosto de 2019.

Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 59, outubro. p. 111-124.

POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

1. Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
2. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
3. Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.
4. Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>

Terça-feira, 29 de outubro de 2019.

A FÁBRICA DO SUJEITO NEOPENTECOSTAL

THE NEOPENTECOSTAL SUBJECT FACTORY

Marcos Dias Camelo*
Kátia Menezes de Sousa**

RESUMO: O presente artigo visa, com base em problematizações de Michel Foucault sobre dispositivos de saber-poder, analisar o fenômeno neopentecostal, considerando as análises e avaliações de Dardot e Laval (2016) no texto intitulado “A fábrica do sujeito neoliberal”, por se constatar semelhanças entre a teologia da prosperidade, presente no movimento neopentecostal, especialmente no sistema de células, e as relações apontadas pelos autores nas táticas e estratégias do neoliberalismo no campo empresarial (controle de produção, incentivo de funcionários, gerenciamento de metas). O corpus é constituído de quatro livros que apresentam um caráter prescritivo para a condução das condutas (FOUCAULT, 2008b) dos membros da igreja, que se organiza em sistema de células, com o objetivo de ampliar o número de seus membros.

PALAVRAS-CHAVE: neoliberalismo; neopentecostal; dispositivos; discurso.

ABSTRACT: This article aims to analyze, based on the concept of device of knowledge and power formulated by Michel Foucault, the neopentecostal phenomenon, considering Dardot and Laval's (2016) analysis and evaluations in the text titled “Manufacturing the Neo-Liberal Subject”. This analysis was proposed after verifying similarities between prosperity theology, very constant in the neopentecostal movement, especially on the cells system, and the authors' appointments on the techniques and strategies of neoliberalism in the business field (production control, employee stimulus, goals management). Data is composed by four books that present a prescriptive character for the conduction of conducts (FOUCAULT, 2008b) of the church members, which is organized on the cells system, with the goal of increase the number of the members.

KEYWORDS: neoliberalism; neopentecostal; devices; discourse.

1 Introdução

O presente artigo é resultado de reflexões provocadas pelo estudo do livro *A nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* de Dardot e Laval (2016), sobretudo o capítulo 9, “A fábrica do sujeito neoliberal”. Após verificar os métodos, empregados pelos autores, para análise de práticas manifestadas em certos dispositivos que resultam da modelagem da sociedade, conforme a ideia do empreendedorismo vigente, e da concepção de homem de mercado, o *homo oeconomicus*, pôde-se constatar certa semelhança entre estes mecanismos e as técnicas adotadas pelo movimento religioso neopentecostal. Tal semelhança ocorre, mais precisamente, no que diz respeito ao movimento de células, sistema que visa ao crescimento exponencial de determinada

*Aluno do curso de Mestrado em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, mdiascamelo@gmail.com.

**Professora voluntária na Universidade Federal de Goiás e professora visitante na Universidade Federal de Uberlândia, doutora pela Universidade Estadual Paulista/Araraquara, km-sousa@uol.com.br.

igreja, com atividades que incentivam a constante produção de eventos para a conquista de novos membros.

Para um primeiro momento, faz-se necessário considerar alguns aspectos do método de pesquisa de Michel Foucault, com seu modo de problematização, em especial, a noção de dispositivo de saber/poder com o intuito de evidenciar as formas como estes dispositivos se manifestam na sociedade, como são, muitas vezes, perpetuados, e como geram suas resistências. Interessa, em especial, a este trabalho explicitar o modo como os elementos do dispositivo neopentecostal são mantidos por meio de discursos que podem ser discursos de *doxa* ou ainda discursos particulares. Para isso, a análise realizada considerou as relações discursivas por meio das regularidades encontradas na rede enunciativa que possibilitou a constatação da forma prescritiva para a condução dos fiéis, materializada nos seguintes livros: *Caráter aprovado* (2014), da apóstola Dejanira Vieira que é vendido nas igrejas do Movimento Celular (M-12)¹, *Ordem e Progresso* (2014), do apóstolo Renê Terra Nova, *Manual da Visão de Células* (2007) e *Curso de Treinamento de Líderes* (2011), ambos do pastor Aluizio A. Silva.

2 Michel Foucault e os dispositivos em sociedade

Michel Foucault foi um filósofo francês cujo trabalho de vida, suas pesquisas e abordagens tiveram impactos muito maiores do que os limites do campo filosófico. Devido ao seu interesse pelos enunciados (suas investigações foram realizadas a partir deles) e seu olhar diferenciado para a sua emergência, suas formulações reverberaram em metodologias de análise e pesquisas em áreas da Linguística, da História, da Psicologia etc.

Na década de 1960, os estudos de Foucault apontam para seu interesse pelos “saberes e os discursos em diferentes temporalidades” (SARGENTINI, 2015, p. 25). Este interesse não é simples de se compreender. Ao olhar para o método vigente de análise histórica (o materialismo histórico-dialético), Foucault passou a adotar um estilo crítico de se analisar as questões a sua volta. Sua crítica é histórica, contudo, ela se afasta daquilo que ele chama de a grande preocupação dos historiadores, a saber, os

longos períodos, como se, sob as peripécias políticas e seus episódios, eles se dispusessem a revelar os equilíbrios estáveis e difíceis de serem rompidos, os processos irreversíveis, as regulações constantes, os fenômenos tendenciais que culminam e se invertem após continuidades seculares, os movimentos de acumulação e as saturações lentas, as grandes bases imóveis e mudas que o emaranhado das narrativas tradicionais recobria com toda uma densa camada de acontecimentos (FOUCAULT, 2008a, p. 3).

E este afastamento também sucede em relação às questões suscitadas pelo modo tradicional de ver a história, visto que ele torna fixa, homogênea, rígida e estável tanto a observação como a problematização dos fatos. Em sua elaboração sobre a composição

¹¹ A visão celular dos 12, ou G12, criada pelo pastor colombiano César Castellanos Sominguez – Missão Carismática Internacional – foi introduzida no Brasil em 1998 pelo Apóstolo Renê Terra Nova, fundador do Ministério Internacional da Restauração, após participar de um encontro da MCI em Bogotá. Terra Nova adotou nova nomenclatura para a Visão Celular que passou a se chamar Movimento Celular ou M-12. Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/g12-conheca-saiba-modelo-igrejas-evangelicas-23849.html>. Acesso em: 03 ago. 2019.

dos enunciados, como eles são formados, e, nesse sentido, a sua procura pelo “como das coisas”, que poderia resumir o seu estilo, Foucault remonta às análises de G. Canguilhem, visto que elas

mostram que a história de um conceito *não* é, de forma alguma, a de seu refinamento progressivo, de sua racionalidade continuamente crescente, de seu gradiente de abstração, mas a de seus diversos campos de constituição e de validade, a de suas regras sucessivas de uso, a dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída a sua elaboração (FOUCAULT, 2008a, p. 4-5, grifo nosso).

Em suma, vemos que a necessidade desta “nova história” desponta dos problemas de tais análises históricas que criam esquemas lineares e continuidades, marcos divisórios e, até certo modo, bipolarizadores, ignorando as rupturas, pois o método histórico tradicional já não podia mais atender à demanda metodológica necessária para se analisar a própria história. De acordo com Foucault,

a história, em sua forma tradicional, se dispunha a ‘memorizar’ os monumentos do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa adversa do que dizem; [...] onde se tentavam reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjunto (FOUCAULT, 2008a, p. 8).

Foucault, assim, propõe a noção de descontinuidade e a criação do que ele chama de “quadros” ou “séries de séries”, isto é, um método que já não olha para as cronologias e as continuidades, mas que descobriu “verdades e valores instalados em nosso mundo em termos da produção do conhecimento, das relações de poder, e da constituição dos sujeitos ou das subjetividades” (PRADO FILHO, 2006, p. 30). Neste largo processo de desconstrução, o foco central está nas relações de poder, de produção de conhecimento, nas práticas de enunciação que dizem e constituem o sujeito (PRADO FILHO, 2006, p. 29).

Pode-se perceber que a distância entre o modo foucaultiano de análise de discursos e as análises históricas tradicionais é inquestionável e de fácil percepção. A análise de discursos não se preocupa tanto com produtos, mas com processos que se materializam na realização de enunciados, de discursos situados que nos revelam a posição do sujeito enunciador, porém negando o primado desse sujeito em relação àquilo que foi enunciado. O sujeito aparece em Foucault (2008a) como determinado pelas condições de possibilidade dos discursos, visto que estes não se desligam das questões de poder que: “é prática política, é campo de luta, objeto de disputa social, instrumento de sujeição, não de libertação” (PRADO FILHO, 2006, p. 30). Ao se ocupar do discurso, seu olhar também vai além: “não se ocupa da sua forma ou conteúdo, seus aspectos linguísticos e/ou significados, mas da sua exterioridade, perguntando-se sobre suas condições de possibilidade num certo momento histórico” (PRADO FILHO, 2006, p. 29), para, então, responder à pergunta própria da análise de discursos: “qual é essa irregular existência que emerge no que se diz – e em nenhum outro lugar?” (FOUCAULT, 2000, p. 93).

Ao buscar compreender as relações que possibilitaram determinado enunciado e não outro em seu lugar, Foucault (2008a) suspende as unidades já admitidas, previamente dadas, para perseguir as descontinuidades e “restituir ao enunciado a sua

singularidade de acontecimento” (FOUCAULT, 2000, p. 93). O autor defende que o enunciado emerge sempre como um acontecimento que é ligado a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, que abre uma existência no campo de uma memória e é oferecido à repetição e à transformação, que é conectado a situações que o provocam, a consequências advindas dele e a enunciados que o precedem e o sucedem (FOUCAULT, 2000, p. 93-94). Na prática política, neste jogo de poder/saber, onde as relações são fundamentadas e estabelecidas, uma noção importante surge na metodologia de análise foucaultiana: a de dispositivo. Este conceito perpassa para além das noções das análises políticas do domínio do Estado, concentrando-se em seus efeitos de produção na sociedade como um todo:

Trata-se, também, de não tomar o poder em suas formas negativas, como opressão e dominação, mas em suas manifestações ‘positivas’, em sua produtividade, como poder que se exerce sobre a vida, em práticas disciplinares, em bio-políticas que controlam populações, produzindo corpos/subjetividades individuais e coletivos úteis para o capital (PRADO FILHO, 2006, p. 30).

Nesse sentido, conceber o enunciado como acontecimento exige, do analista de discurso, que ele apreenda como os enunciados “podem se articular com acontecimentos que não são de natureza discursiva, mas que podem ser de ordem técnica, prática, econômica, social, política etc.” (FOUCAULT, 2000, p. 94). A essa articulação entre elementos heterogêneos que atuam como num jogo para responder a uma determinada urgência e reajustar tais elementos, Foucault (2014) chama de dispositivo. Trata-se de um mecanismo que está sempre inscrito em um jogo de poder, que está ligado a certos tipos de saber que emergem do jogo de poder, mas que também o condicionam; trata-se, assim, de

[...] um conjunto decididamente heterogêneo, que comporta discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: do dito, tanto quanto do não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2014, p. 45).

Ou seja, o dispositivo é resultado de uma relação de fatores linguísticos e não linguísticos estrategicamente gerenciados e executados para responder a uma necessidade urgente, não necessariamente dentro da relação Estado/povo, como mencionado acima, em um sentido negativo de domínio e controle, mas de qualquer sistema disciplinar e de controle social, seja estatal, institucional, religioso, familiar, comercial etc., que gera sujeitos subjetivados por ele (AGAMBEN, 2009, p. 29). Giorgio Agamben (2009, p. 40) estende a noção de dispositivo, interpretando-a a partir de Foucault como “[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”. Conclui analisando que todo dispositivo implica num processo de subjetivação, sem o qual o dispositivo não pode funcionar como dispositivo de governo, [...] é, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações e somente enquanto tal é também uma máquina de governo (AGAMBEN, 2009, p. 46).

Comentando e tecendo reflexões acerca da noção proposta por Foucault, Deleuze vai traçar uma outra série de relações que não contradizem ou corrigem a relação estabelecida por Agamben, mas complementam-na, quando as apresenta como dimensões que compõem o dispositivo, a saber: a) curvas de visibilidade, feitas de linhas de luz que formam figuras variáveis, sendo cada dispositivo possuidor de um regime próprio de luz, “uma maneira como cai a luz, se esbate e se propaga, distribuindo o visível e o invisível, fazendo com que nasça ou desapareça o objecto que sem ela não existe” (DELEUZE, 1996, p. 1); em outras palavras, um modo de ver, um estilo de interpretar um objeto ao qual o próprio dispositivo dá a vida; b) curvas de enunciação, onde se distribuem as posições diferenciais dos elementos dos dispositivos, sendo as próprias curvas enunciadas, visto que as “enunciações são curvas que distribuem variáveis, e, assim, uma ciência, num dado momento, ou um género literário, ou um estado de direito, ou um movimento social, são definidos precisamente pelos enunciados a que dão origem” (DELEUZE, 1996, p. 1); c) linhas de força, que “estabelecem o vaivém entre o ver e o dizer” [as curvas de visibilidade e curvas de enunciação], produzindo-se em todas as relações entre um ponto e outro, passando por todos os lugares do dispositivo. Em outros termos, é a dimensão do poder, “e o poder é a terceira dimensão do espaço, interior ao dispositivo, variável com os dispositivos. É uma linha composta com o saber, tal como o poder” (DELEUZE, 1996, p. 1-2); e d) linhas de subjetivação, o que constitui em si uma linha complexa visto que, de acordo com Deleuze, não se pode afirmar que todos os dispositivos produzam essas linhas de subjetivação. É uma linha que transpõe as linhas de força, ou, ainda, uma linha de força que “se volta para a mesma, actua sobre si mesma e afecta-se a si mesma” (DELEUZE, 1996, p. 2). É uma produção de subjetividade num dispositivo (um processo) que está para se fazer na medida em que este o permita e o torne possível (DELEUZE, 1996, p. 2): “[...] não é nem um saber nem um poder. É um processo de individuação que diz respeito a grupos ou pessoas, que escapa tanto às forças estabelecidas como aos saberes constituídos” (DELEUZE, 1996, p. 2).

Ao expor essas quatro características, Deleuze apresenta duas consequências geradas pela filosofia dos dispositivos: a primeira é o repúdio aos universais. Sendo os dispositivos processos particulares, nos quais um dispositivo apresentará efeitos, encadeamentos, características e manifestações distintas em um e outro corpo, um ou outro momento histórico, os universais perdem seu valor (“o universal nada explica, é ele que deve ser explicado” (DELEUZE, 1996, p. 2)), abrindo portas para o pluralismo, o pragmatismo, para as linhas de variações, que não têm ao menos coordenadas constantes. Ele lembra que “o Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objecto, o sujeito não são universais, mas processos singulares, de unificação, de totalização, de verificação, de objectivação, de subjectivação imanentes a dado dispositivo” (DELEUZE, 1996, p. 3).

A segunda consequência é a abertura para a apreensão do novo. Isto não se refere em nenhuma instância à originalidade de um enunciado, visto que Foucault sempre se posicionou contra qualquer busca de fundações, de momentos iniciais, de marcos de uma gênese, por considerá-los pouco interessantes ou pertinentes. A singularidade de um determinado dispositivo não é caracterizada por nenhum tipo de originalidade, mas pela novidade do regime propiciada por ele. Podemos rever o texto de Agamben (2009), apontando que o surgimento de determinada necessidade urgente é o que propicia o aparecimento do dispositivo, é aquilo que o dispositivo sustenta. O novo de um dispositivo é a sua atualidade (DELEUZE, 1996, p. 4, grifo do autor):

Pertencemos a dispositivos e neles agimos. [...] O novo é o actual. O actual não é o que somos, mas aquilo em que vamos nos tornando, aquilo que somos em devir, quer dizer, o Outro, o nosso devir-outro. É necessário distinguir, em todo o dispositivo, o que somos (o que não seremos mais), e aquilo que somos em devir: *a parte da história e a parte do actual*. A história é o arquivo, é o desenho do que somos e deixamos de ser, enquanto o actual é o esboço do que vamos nos tornando. Sendo que a história e o arquivo são o que nos separa ainda de nós próprios, e o actual é esse Outro com o qual coincidimos desde já.

Assim, a concepção do novo em um dispositivo permite que cada análise histórica, ainda que baseada nos mesmos pressupostos teóricos, refrate, em sua essência produtiva e material, uma empiria que revela o novo, que carrega o novo e reincide no novo. E este mesmo novo, em nenhuma instância, se torna ele mesmo fixo. Até mesmo as linhas de limites antigo/novo (se é que tais linhas existem) são volúveis, diluídas, flexíveis, pois a construção do novo (o novo dispositivo que gera novas subjetivações, que por sua vez, segundo Agamben (2009), criam processos dessubjetivadores, gerando novos dispositivos) é uma continuidade ainda não mapeada.

E é justamente nesta segunda consequência, neste novo, que o objeto deste artigo se manifesta. A obra de Dardot e Laval (2016), em especial o capítulo 9, intitulado “A Fábrica do Sujeito Neoliberal”, aborda os processos pelos quais a onda capitalista neoliberal de nossa sociedade tem criado um sujeito empresarial, que existe e vive numa sociedade empresarial. Os autores utilizam, nessa abordagem, a noção de dispositivos para a observação dos processos que sustentam esta sociedade e subjetivam o sujeito nela inserido. Os mesmos dispositivos, com apenas esta característica do novo, são possíveis de serem identificados nas diretrizes disciplinares presentes nos manuais de formação de lideranças de igrejas que seguem, baseados nos materiais utilizados como *corpus*, a linha neopentecostal de organização em células. Os livros, dois manuais e dois livros expositivos, apesar de diferirem de autores e até mesmo de níveis teológicos em que se baseiam, possuem, em sua totalidade, um caráter prescritivo e determinista, por estipularem como deve proceder o líder de célula para contribuir com a expansão da igreja e eficácia plena do sistema celular, e, ainda, determina quais características são exigidas, sem as quais o líder não será “aprovado” e, portanto, não produzirá, não crescerá, nem contribuirá, falhando com o sistema e sendo dele expulso. Tendo dito isso, passemos à análise de nosso *corpus*.

3 A fábrica do sujeito neopentecostal: uma comparação entre o sujeito-empresa de Dardot e Laval e o líder de célula, o sujeito “obreiro aprovado”

O *corpus* obtido para a realização deste artigo provém de quatro livros cujos autores, ainda que se diferenciem pelo método empregado na liderança de suas igrejas, compartilham da mesma teologia e alvos teológicos. Dois livros (*Manual da Visão Celular* [2007] e *Curso de Treinamento de Líderes* [2011]) são do pastor Aluizio A. Silva, fundador e líder da igreja Videira na cidade de Goiânia, GO, organizada em células com o objetivo de crescer e se multiplicar². Outro (*Ordem e Progresso: o Brasil por uma perspectiva que você nunca viu* [2014]) é de autoria do apóstolo Renê Terra Nova, líder do Ministério Internacional da Restauração (MIR), ministério que também

² Informações disponíveis no site <https://vinhaministerios.com.br>. Acesso em: 16 ago. 2018.

se organiza em células, porém sob o Modelo dos 12 (M12)³, e o último (*Caráter Aprovado* [2014]) é da apóstola Dejanira Vieira, servindo no MIR⁴.

Estes livros foram selecionados para análise justamente pelas semelhanças encontradas com as análises de Dardot e Laval (2016) da sociedade organizada pela empresa. A seguir, vamos pontuar quais são essas semelhanças encontradas na medida em que os autores também avançam em sua análise. Partimos do pressuposto de que os livros, sejam os prescritivos ou os expositivos, se orientam pelo que Dardot e Laval chamam de dispositivo de eficácia, para gerar um sujeito produtivo que contribua de modo ininterrupto com a expansão e a multiplicação da denominação da qual faz parte. Por questões de limites, nem todos os pontos serão abordados. Contudo, os que forem julgados mais relevantes à análise do dispositivo de eficácia serão destacados aqui.

Após um breve apanhado histórico, em que os autores apresentaram como esta visão neoliberal foi sendo implementada no sistema organizacional de nossa sociedade, um primeiro ponto é destacado:

[...] cada uma a sua maneira, psicanálise e sociologia registram uma mutação do discurso sobre o homem que pode ser reportado, como em Lacan, à ciência de um lado e ao capitalismo de outro: trata-se precisamente do discurso científico que, a partir do século XVII, começa a enunciar que o homem é o que ele deve fazer; e é para fazer do homem esse animal produtivo e consumidor, esse ser de labor e necessidade, que um novo discurso científico se propôs a redefinir a medida humana (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 322).

Esta constatação parece resumir todo o escopo a seguir, mas, como apontado pelos próprios autores, é por demais vaga e insuficiente, levando-os ao trabalho descritivo no restante do capítulo. Contudo, precisamente nesta mesma constatação, já podemos apontar a primeira semelhança. Nesta conjuntura do capitalismo normativo, na frase “o homem é o que deve fazer”, a interpretação funcionalista da identidade do homem já pode ser encontrada em certas passagens nos livros consultados. Vieira (2014) descreve quais as marcas de um caráter aprovado por Deus:

O cumprimento de tarefas faz parte de um caráter tratado. [...] Deus ama o trabalho [...] Deus nos orienta a aprendermos com a formiga, que trabalha muito e não é preguiçosa. [...] Uma pessoa preguiçosa nunca cresce e nunca prospera. Deus espera o melhor de nós e não devemos apresentar resistência no cumprimento dos alvos e metas que recebemos. Precisamos lidar com os desafios que aparecem diante de nós, aprendendo também a lidar com o medo e vencê-lo (VIEIRA, 2014, p. 70).

E Silva (2011), de semelhante modo, também declara:

Todavia o Senhor mostrou a forma como podemos dominar: pelo serviço. [...] Portanto, o verdadeiro espírito da liderança é servir aos outros através do cumprimento do propósito para o qual fomos chamados. Todo o verdadeiro líder é apenas um servo glorificado. O caminho para a liderança é o desempenho do serviço, do chamado que recebemos de Deus, o Seu propósito para nós (SILVA, 2011, p. 44).

³ Informações disponíveis no site [https:// www.reneterranova.com.br](https://www.reneterranova.com.br). Acesso em: 16 ago. 2018.

⁴ Informações obtidas no livro, em aba da contracapa.

Nestes trechos vemos a relação entre homem e serviço, uma relação que qualifica a validade de um ser humano, a identidade de um ser humano pela sua disposição em produzir, em trabalhar, em cumprir objetivos, no intuito de alcançar uma glória, uma recompensa que o fará feliz. Agamben (2009, p. 44) explica que, como raiz de todo o dispositivo, se firma “um desejo demasiadamente humano de felicidade, e a captura e a subjetivação deste desejo, numa esfera separada, constituem a potência específica de um dispositivo”. Por sua vez, Dardot e Laval, em conformidade com a declaração de Agamben, que qualifica o dispositivo como uma resposta imediata para certo desejo de felicidade, que foi criado pelos enunciados entrelaçados nos dispositivos, mostram como o sistema de organização social, que busca solidificar e perpetuar esta conduta produtiva, cria também seu desejo, o alvo a que os sujeitos devem alcançar:

Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irredutível do desejo que o constitui. [...] trata-se de ver nele o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. [...] A vontade de realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o ‘colaborador’ da empresa, enfim, o *desejo* com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder. O ser desejante não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção das condutas (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327).

É interessante destacar, no manual do pastor Aluízio Silva (2011), uma referência clara a um desejo, a uma vontade, um certo tipo de vocação interna da qual não se pode fugir, pois a questão se torna uma luta contra si mesmo.

O verdadeiro espírito de liderança é uma questão de mentalidade e não de técnicas ou métodos. Um lobo criado como um cão pode até parecer um animal doméstico, mas sempre terá dentro de si um clamor pela selva. Tendo sido criado para governar e liderar, o homem sempre terá esse clamor dentro de si. [...] O problema de todo lobo que vive como cão é que ele não está sendo o que foi criado para ser (SILVA, 2011, p. 45).

Relacionando essa declaração com um outro trecho de Dardot e Laval (2016, p. 327), percebe-se que há uma construção discursiva do trabalho como uma prática inerente e constitutiva do ser humano:

Porque o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer *distância* entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa do próprio desejo, à qual ele não pode resistir (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327).

Estes dois trechos parecem resumir esse primeiro ponto. A questão que parece principiar as engrenagens deste dispositivo é a constituição do sujeito que, na obra de Dardot e Laval, é o sujeito que trabalha para a sociedade capitalista que exige produção, mas que o desloca da fonte dessa produção. Contudo, nas obras analisadas, é o sujeito cristão que, inconscientemente, guarda dentro de si uma vocação para a liderança, que o

obriga a desempenhar seus serviços em prol da expansão do reino, em prol do cumprimento de sua vocação, que ele recebeu do próprio Deus e que, por isso, não pode resistir a ela. Em suma, tanto o capitalismo quanto a doutrinação pentecostal se caracterizam pelo mesmo método de gestão e controle.

Outro ponto que vale a pena destacar nesta comparação é com relação ao governo de si, ou da empresa de si mesmo. Neste ponto, os autores de “A fábrica do sujeito neoliberal” relatam, como consequência do envolvimento da empresa com o seu empregado, com a supressão psicológica de toda a distância entre o sujeito e o mercado, sob o pretexto de ele estar servindo ao seu próprio desejo e sua própria vontade, que o lema principal, o seu primeiro mandamento, dentro deste novo governo, seria o “ajuda-te a ti mesmo”, ou a ética da autoajuda (*self-help*) (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 332). Sendo assim, “a grande inovação da tecnologia neoliberal é vincular diretamente a maneira como um homem ‘é governado’ à maneira como ele próprio ‘se governa’” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 332-333). E, nesse sentido, as empresas já não são formadas por patrões e empregados, mas por um conjunto de empresas de si mesmo, que carregam individualmente seus próprios sonhos e os expõem ao mercado para a competição.

Em outras palavras, como o trabalho se tornou um ‘produto’ cujo valor mercantil pode ser medido de forma cada vez mais precisa, chegou a hora de substituir o contrato salarial por uma relação contratual entre ‘empresas de si mesmo’. Desse ponto de vista, o uso da palavra ‘empresa’ não é uma simples metáfora, porque toda atividade do indivíduo é concebida como um *processo de valorização do eu*. O termo significa que a atividade do indivíduo, sob suas diferentes facetas (trabalho remunerado, trabalho beneficente para uma associação, gestão do lar familiar, aquisição de competências, desenvolvimento de uma rede de contatos, preparação para uma mudança de atividade etc.), é pensada em sua essência como empresarial (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 335).

Apesar de a semelhança entre a análise de Dardot e Laval com o nosso *corpus* existir, parece se tornar um tanto difícil estabelecer esta relação. Isto se dá pelo cunho cristão que, em primeira instância, trabalha a negação do eu, a priorização das necessidades alheias e a importância da glória de Deus, itens que fundamentam a fé cristã em seu plano relacional. Discutindo sobre os procedimentos e os meios postos em ação para possibilitar, numa sociedade dada, o ‘governo dos homens’, Foucault (2008c) comenta sobre o governo do pastorado, que se instaura no Ocidente com o advento do cristianismo, como um tipo de governo dos homens que teve como papel fornecer ao rebanho sua subsistência, zelar cotidianamente por ele e assegurar sua salvação. Tratava-se, enfim, de um poder que individualiza, concedendo, por um paradoxo essencial, tanto valor a uma ovelha quanto ao rebanho inteiro. É esse “tipo de poder que foi introduzido no Ocidente pelo cristianismo e que adquiriu uma forma institucional no pastorado eclesiástico: o governo das almas se constitui na Igreja cristã como uma atividade central e doutra, indispensável à salvação de todos” (FOUCAULT, 2008c, p. 490). Governar, assim, consiste em conduzir condutas. Também, Foucault (2008c) define o liberalismo econômico como uma arte de governar que é, precisamente, a arte de exercer o poder na forma e segundo o modelo da economia. Essa governamentalidade, marcada por um saber que constituirá a economia política, adota, entre outros, elementos da pastoral cristã nas práticas de condução dos outros e de construção de subjetividades.

Baseando-se em Michel Foucault, a questão das práticas cristãs recebe um leve destaque dos autores Dardot e Laval (2016, p. 334). Contudo, a realização pessoal na religião pode ser apontada no mesmo sentido da empresa de si mesmo.

Nosso encargo é edificar uma igreja de vencedores, onde cada membro é um ministro e cada casa uma extensão da igreja, conquistando, assim, a nossa geração para Cristo, através das células que se multiplicam uma vez ao ano. [...] Há uma diferença entre cargo e encargo. [...] Quem trabalha por cargo precisa ser supervisionado o tempo todo, não tem motivação para criar nada e só faz o que mandam. Mas, quem tem encargo está disposto a dar a própria vida pelo objetivo proposto. [...] na visão de células, não há como se omitir ou não se envolver! Estar na visão é estar comprometido! Crentes que não produzem são crentes parasitas. [...] Já na igreja em células, seus membros têm a oportunidade de desenvolver seu potencial e se tornarem produtivos. [...] O sistema de Jesus foi projetado para resultar em produtores, e não em consumidores, ou parasitas. Precisamos retomar, nesses dias, ao fundamento do sacerdócio universal do crente, a verdade de que cada um de nós é um ministro (1Pe 2.9) (SILVA, 2007, p. 15-17).

A liderança estabelecida por Deus é diferente daquela exercida pelo mundo. Cada ser humano foi criado para sujeitar e para dominar (Gn 1.28), ou seja, cada um foi criado para ser um líder. Compreender isso é mudar sua mentalidade que, por falta de revelação, o levava a crer que os líderes sempre eram os mais carismáticos, os mais bem treinados, os mais temperamentais. Rejeite esses conceitos equivocados. Você nasceu e foi criado para liderar. John Maxwell afirma que liderança é influência, sendo assim, o homem que, através do Espírito, é cheio de poder e autoridade, influenciará a muitos. Assim, alguém que não exerce influência, é alguém que não é sal⁵, porque quem é sal influencia (SILVA, 2011, p. 43).

Podemos ver que, neste sentido, o chamado do crente é para a produção, para o avanço, pois ele guarda dentro de si uma liderança independente, dada a ele por Deus desde o seu nascimento. As relações de palavras (o líder, o vencedor, cargo e encargo, mudança de mentalidade, sal etc.) caracterizam o mesmo jogo léxico-semântico estabelecido por Dardot e Laval, que qualifica o proceder do empresário de si. Este empresário de si sabe que guarda dentro de si mesmo um potencial para o crescimento, da mesma forma em que o cristão guarda dentro de si um potencial para o domínio, para a liderança, para a influência e para o controle. E tudo isto girando em torno deste ideal que equilibra o desejo pela vida eterna e pelo cumprimento da vocação que recebeu, da mesma forma em que o empresário de si anseia pela realização pessoal, pelo sucesso, pelo sonho alcançado, pela felicidade resultante de seu esforço no trabalho.

4 Considerações finais

A proposta deste trabalho considerou as formulações de Michel Foucault (2008a) sobre a função enunciativa, tanto para constituir o *corpus* que pudesse comprovar o acontecimento da emergência de um sujeito pentecostal, construído sob técnicas similares de subjetivação do sujeito neoliberal, quanto para seguir um método de análise que problematizasse o fato de um determinado enunciado ter podido ser

⁵ Esta é uma referência ao sermão do monte, onde Jesus diz que o cristão é o sal da terra e a luz do mundo, presente em Mateus 5.13-16.

“enunciado”. Conforme Foucault (2008a), só há enunciado se ele fizer parte de uma série, desempenhar um papel no meio dos outros, para neles se apoiar ou deles se distinguir, pois qualquer enunciado, para se materializar, por isso ser ele da ordem do acontecimento, integra um jogo enunciativo, supõe outros, tem, em torno de si, um campo de coexistências. Nesse sentido, é pela análise dos enunciados, que constituem as práticas neopentecostais, que se chega ao campo enunciativo, onde elas se desenrolam e lhes permite uma dada ordenação e a coexistência com outras práticas discursivas, podendo, assim, desempenhar um papel em relação a outras práticas. Os fundamentos e as estratégias de produção de subjetividades nas práticas neoliberais, já analisadas por muitos autores, situam os enunciados sobre o sujeito neopentecostal em um espaço em que suas unidades significativas podem se multiplicar e se acumular.

Assim, para finalizar com algumas considerações, pode-se assinalar que o sistema de organização celular se fundamenta no mesmo estilo neoliberal, que subjetiva o sujeito nesta cascata de produção e demandas, com palavras de motivação e promessas de glória que o impelem para a maior produção, como recompensas pelo seu trabalho. Essas estratégias parecem caracterizar o mesmo dispositivo de eficácia a qual se referiram Dardot e Laval, ao analisar o sistema neoliberal de organização em que estamos inseridos, ou seja, nesta relação contratual sujeito-empresa, que obriga o sujeito a se portar em todas as suas relações individuais sob esta forma de condução. É o sujeito empresa que tudo submete a estratégias de produção, de ganho, de conquista, de planejamentos para a ampliação de bens, independentemente da ordem em que estes se originam.

Nesse sentido, além das estratégias que integram o dispositivo neopentecostal, outras investigações de Michel Foucault, com suas decorrentes noções, ajudam a pensar a forma neoliberal de exercício de governo de si e dos outros no interior das técnicas biopolíticas⁶. A análise do dispositivo, em questão neste trabalho, permite perceber a atuação de um conjunto de técnicas para normalizar a própria conduta das pessoas, enquanto seres viventes, com a sua submissão ao interesse de viver mais e melhor e às normas de controle de suas condições de vida. Em *Nascimento da biopolítica*, Foucault (2008b, p. 165) mostra que, para a biopolítica neoliberal, a economia de mercado “constitui o indexador geral sob o qual se deve colocar a regra que vai definir todas as ações governamentais. É preciso governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado”. Sob essa máxima, o neoliberalismo lança mão de uma teoria do *homo oeconomicus* em que o homem não é mais considerado como um parceiro da troca, mas como “um empresário, um empresário de si mesmo, [...] sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda” (FOUCAULT, 2008b, p. 311).

O discurso neopentecostal, conforme demonstrado pela análise, adota técnicas da teoria neoliberal, visto que esta defende a ideia de que a prescrição do padrão de conduta da população não decorre apenas da atuação do Estado, “pois o mercado de concorrência também pode perfeitamente se encarregar disso, atuando de maneira descentralizada e bastante eficaz como instância privilegiada de produção de subjetividades” (DUARTE, 2009, p. 47). Percebe-se, assim, que as igrejas neopentecostais não ficam imunes ao poder multiplicador e generalizante da forma de mercado neoliberal, trazendo em suas práticas discursivas e não-discursivas enunciados

⁶ Foucault recorre ao conceito de biopolítica para tratar de um poder disciplinador e normalizador, que começa a aparecer no final do século XVIII, incidindo não mais sobre os corpos dos indivíduos, mas na vida e no corpo da população, que deveria ser, então, administrada e controlada por políticas de Estado.

que as enformam como uma empresa, ao se apropriarem de ideias que remetem ao empreendedorismo, ao capital humano, ao marketing e à concorrência.

Dessa forma, se o discurso de autoajuda se manifesta numa forma prescritiva, do como proceder, isso se dá dentro de um exercício de poder biopolítico, em que as normas a seguir aparecem como garantia de bem-estar, não oferecendo ameaça de castigo individual, visto que a sutileza dessa forma de poder reside justamente em deixar aqueles que se recusam a investir em si como capital humano e a assumir-se como empreendedores de si mesmo a se destruírem e se excluírem frente à concorrência com aqueles que se dedicam e se preparam para serem assimilados pelo mercado da competitividade e se submetem à padronização das formas de conduzir a si mesmos e aos outros no mercado da concorrência, seja este mercado em busca de cédulas ou de células. Afinal, há uma generalização da ideia neoliberal de mercado, e que chega às igrejas, de que a segurança econômica, constantemente buscada, se torna imprescindível quando “previamente justificada em nome da garantia da qualidade de vida de certas populações” (DUARTE, 2009, p. 47); neste caso, qualidade aqui nesta vida e na outra vida, que só pode ser medida pela impossibilidade de qualidade de vida de muitos outros que não seguem as prescrições. No final das contas, é como Foucault (2008b, p. 369) demonstra: “O *homo oeconomicus* é aquele que obedece ao seu interesse, é aquele cujo interesse é tal que, espontaneamente, vai convergir com o interesse dos outros”. Ou, como conclui Agamben (2009, p. 44), “na raiz de todo dispositivo está, deste modo, um desejo demasiadamente humano de felicidade, e a captura e a subjetivação deste desejo, numa esfera separada, constituem a potência específica do dispositivo”.

Muito ainda poderia ser dito acerca deste campo. No livro de Renê Terra Nova (2014), podemos identificar uma postura neoliberal ao apresentar soluções que diminuem o Estado, que incentivam o mercado privado e independente. O curioso, porém, está na carga espiritualista que justifica essas soluções, embasadas num apanhado histórico que conecta, por exemplo, Dom Pedro II (a quem ele declaradamente admira em dedicatória, por ser um homem que o “impressionou pela sua sabedoria, lealdade e vocação política inegociável” (NOVA, 2014)) a certos eventos que envolvem Israel, nação muito idolatrada pelo segmento M12. Outras relações entre os livros pesquisados e o texto de Dardot e Laval poderiam ser apontadas, como as consequências para o indivíduo que não se encaixa ou não se adapta corretamente ao sistema, e como o mercado lida com este indivíduo, como a maneira de lidar do mercado afeta o psicológico do indivíduo a curto e longo prazo etc. Todas estas questões configuram características de um dispositivo de eficácia em uso, para assegurar a perpetuação do sistema, de um lado, capitalista empreendedor, e, de outro, religioso e institucional. Porém, nos exemplos destacados acima, podemos ver que as semelhanças são muito claras, nos quais os processos de subjetivação de um sujeito dentro deste sistema o impele a permanecer nele, torna-o “escravo” do sistema, por forçá-lo a crer num trabalho que é realizado para si mesmo, ao invés de um trabalho de sujeição ao outro. Em suma, vemos um sistema que apenas modificou os lexemas de um estilo de governo, para atrair determinado público que buscava suprir certa necessidade. Nada novo no fim das contas, contudo, tudo muito “atual”, esboço do que estamos nos tornando, o Outro pelo qual nos moldamos de antemão (DELEUZE, 1996).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A fábrica do sujeito neoliberal. In: _____. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 321-376.

DELEUZE, Gilles. O que é o dispositivo. In: _____. *O mistério de Ariana*. Tradução e prefácio de Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 1996. Disponível em: http://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos_dispositivos/programa/deleuze_dispositivo. Acesso em: 31 mai. 2019.

DUARTE, André. Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FOUCAULT, Michel. Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. In: MOTTA, M. B. da (Org.) *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Ditos e Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 82-118.

_____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

_____. O jogo de Michel Foucault. In: MOTTA, M. B. da (Org.) *Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Ditos e Escritos IX. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

NOVA, Renê Terra. *Ordem e Progresso: O Brasil por uma perspectiva que você nunca viu*. São Paulo: Semente de Vida Brasil, 2014.

PRADO FILHO, Kleber. Diversidade e diálogo: reflexões sobre alguns métodos de pesquisa em psicologia. In: ZANELLA, Andreia Vieira. (Org.), *Interações*, São Paulo, v. 12, n. 22, p. 11-38, jul.-dez. 2006.

SARGENTINI, Vanice. O dispositivo: um aporte metodológico para o estudo do discurso. In: SOUSA, Kátia Menezes de; PAIXÃO, Humberto Pires (Orgs.) *Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2015. p. 17-27.

SILVA, Aluizio A. *Manual da Visão de Células*. Goiânia: Editora Videira, 2007.

_____. *Curso de Treinamento de Líderes*. Goiânia: Vinha Editora. 2011.

VIEIRA, Dejanira. *Caráter Aprovado*. [S.l.: s.n.], 2014.